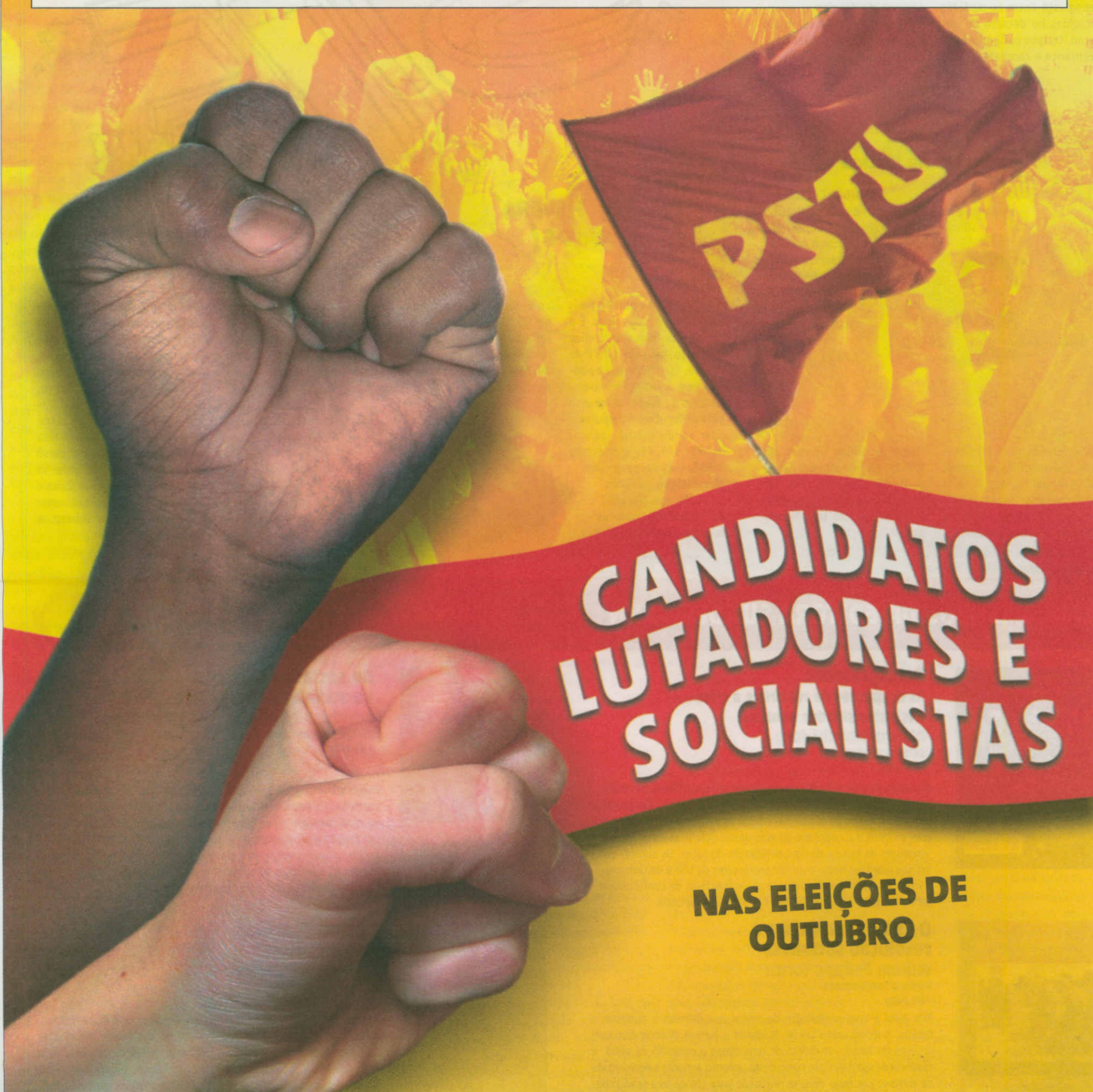


Opinião Socialista

ANO XII - EDIÇÃO 346 - COLABORAÇÃO: R\$ 2 - DE 24 A 30/07/2008 - WWW.PSTU.ORG.BR



**CANDIDATOS
LUTADORES E
SOCIALISTAS**

**NAS ELEIÇÕES DE
OUTUBRO**



ENTREVISTA: ATIVISTA DO EQUADOR DENUNCIA REPRESSÃO DE RAFAEL CORREA

PÁGINA 9



A I INTERNACIONAL: O PRIMEIRO PASSO NA BATALHA PELO PARTIDO MUNDIAL

PÁGINAS 10 E 11



OPERÁRIOS DA VOLKS DE SÃO BERNARDO REJEITAM BANCO DE HORAS

PÁGINA 12

■ **ALIADOS 1** – A CUT e a Fiesp decidiram criar uma campanha comum contra a inflação. A informação é do jornal do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

PÁGINA DOIS

■ **ALIADOS 2** – A CUT avalia que é possível construir uma agenda comum com os patrões. Esquece, porém, que a inflação é um meio de recuperar os lucros do empresariado.

CENSO DO RACISMO

A Itália começou a realizar o chamado "senso dos ciganos" no país. Claramente discriminatório e racista, o censo está entre as medidas incluídas no decreto do governo italiano para reforçar a segurança e combater a imi-

gração ilegal, e foi baixado em 21 de maio pelo primeiro-ministro Silvio Berlusconi. A medida faz lembrar os tempos do fascismo, quando judeus e ciganos foram perseguidos e enviados a campos de concentração.

PÉROLA

Eu confio na justiça

SALVATORE CACCIOLA, ex-banqueiro, após ser extraditado ao Brasil, afirmando estar "tranquilo". Depois da impunidade a Dantas, Cacciola tem motivos para tamanha tranquilidade. Afinal, ele não quer perder a temporada de Hábéis Corpus. (Estado de S. Paulo. 20/07).

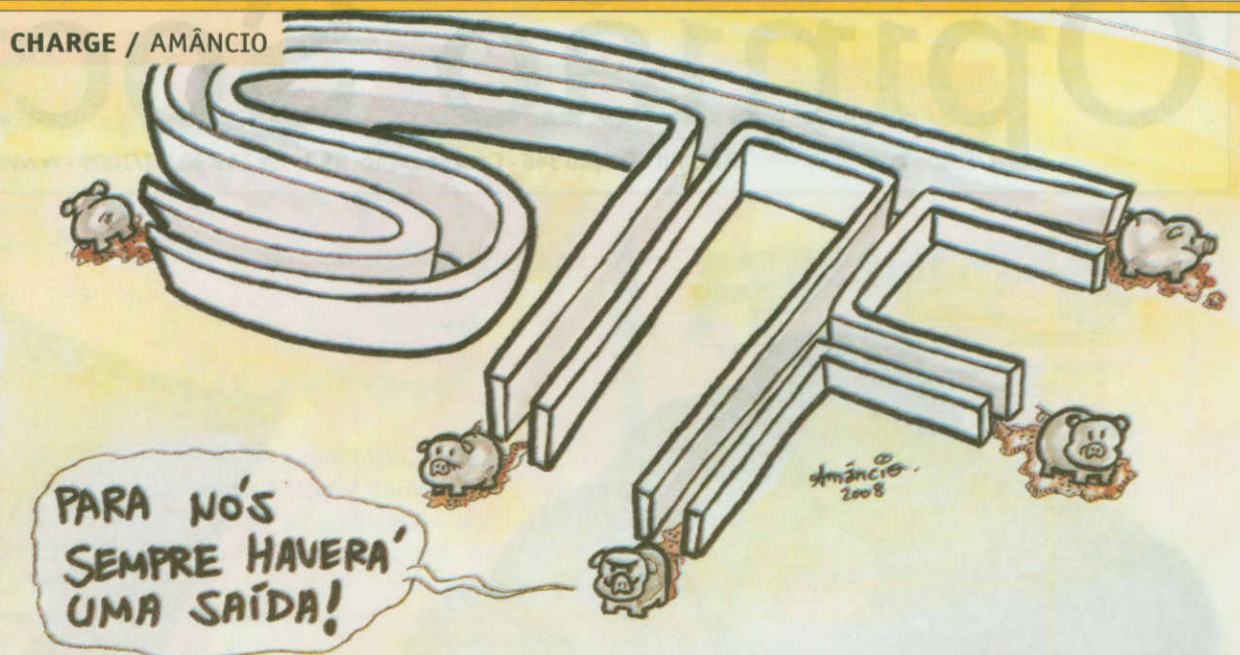


INJUSTIÇA

Não é verdade que o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, é louco para conceder liminares libertando prisioneiro. O pobre rapaz de 18 anos que tentou

roubar o cordão de ouro de Mendes está no xilindrô desde o dia 29 de junho. Não há previsão para seu julgamento e seu crime não será levado ao STF.

CHARGE / AMÂNCIO



DIFERENÇA DE CLASSE

A inflação dos pobres é mais alta dos que a dos ricos. É o que diz os dados do Índice de Custo de Vida (ICV) do Dieese. Os números apontam que a inflação acumulada em 12 meses até junho para as famílias mais pobres, com renda média mensal de R\$ 377,49, aumentou 7,83% e as despesas com alimentação subiram 19,17% no período. Enquanto isso, as famílias mais abastadas,

com renda média mensal de R\$ 2.792, tiveram uma inflação geral de 4,99% no mesmo período, com alta de 14,28% nos preços da comida.



CAIXA ABERTO

O governo Lula abriu o cofre para os aliados no ano das eleições municipais. Das 50 cidades que mais receberam transferências federais, a base aliada administra 43. Ao todo, o governo federal já liberou R\$ 8,5 bilhões para convênios com Estados, municípios e entidades públicas e privadas desde o início do ano. Metade do valor foi paga nos últimos 40 dias.

REINTEGRAÇÃO JÁ!

O deputado federal Ivan Valente (PSOL-SP), em pronunciamento na sala de sessões da Câmara de Deputados, no dia 24 de junho, pediu a readmissão de Dirceu Travesso. No seu discurso, Valente afirmou: "demitir Dirceu Travesso é parte do plano de enfraquecer qualquer luta contra as demissões em curso e contra os planos do governo Serra de vender a Nossa Caixa e outras estatais paulistas, como a Cesp, o Metrô, a Sabesp, a CMTU e o CDHU".

LANÇAMENTOS DA EDITORA SUNDERMANN

Editora
Instituto José Luís e Rosa Sundermann



Transgressões
As ocupações de reitoria e a crise das universidades públicas
Alvaro Bianchi (org.)
Editora Sundermann
128 págs.

As ocupações de reitoria viraram tema nacional. Desde um tratamento pejorativo pela novela das oito até os editoriais dos jornais impressos, muito do que se fala é fruto da distância ou indiferença com os fatos e o cotidiano da vida universitária, pressionada por interesses de lucro e de mercantilização do saber. Os autores dos artigos reunidos nesse livro são professores da USP e da Unicamp, e mostram as raízes históricas e as perspectivas de continuidade do movimento estudantil e das ocupações de reitoria.



O Estado burguês e a revolução socialista
Wiliam Felipe (org.)
Editora Sundermann
144 págs.

Este livro é uma compilação de textos que definem e analisam o Estado. Autores como Lenin, Bukharin e Nahuel Moreno discutem o papel do Estado na defesa de uma classe e opressão da outra; a essência de sua definição como destacamento armado; a necessidade de tomá-lo por meio de uma revolução para colocá-lo a serviço dos trabalhadores. Wiliam Felipe, fundador e diretor do Ilaese, instituto voltado para a formação de ativistas sociais e sindicalistas, reedita esse material de aula, útil tanto para os principiantes do tema quanto para os iniciados que buscam transmitir seu conhecimento.



Do socialismo utópico ao socialismo científico
Friedrich Engels
Editora Sundermann
144 págs.

Publicada em 1892, essa obra de Engels visava combater as correntes do pensamento socialista que insistiam em desenvolver análises sem rigor e método científico, buscando instituir um mundo novo apenas pela força do pensamento, da vontade ou do convencimento das classes em luta. Para tanto, Engels retoma os princípios do socialismo científico, sistematizando-os e comparando-os aos do socialismo utópico.



As classes sociais no capitalismo
Wiliam Felipe (org.)
Editora Sundermann
176 págs.

Na segunda coletânea de textos organizados por Wiliam Felipe, diretor do Ilaese, o tema da divisão da sociedade em classes é abordado por Marx, Lênin e Bukharin. Além de oferecer uma análise estrutural e dialética sobre as classes, o livro apresenta também outros textos que tratam das consequências dessa análise, relacionando-a com o tema da opressão de raça e de gênero e contrapondo-a às teorias sobre classes usadas para justificar a colaboração e a conciliação entre elas.

OPINIÃO SOCIALISTA

é uma publicação semanal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
CNPJ 73.282.907/0001-64 - atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA

Rua dos Caciques, 265 - Saúde - São Paulo - SP - CEP 04145-000
Fax: (11) 5581.5776 e-mail: opiniao@pstu.org.br

CONSELHO EDITORIAL Bernardo Cerdeira, Cyro Garcia, Concha Menezes, Dirceu Travesso, João Ricardo Soares, Joaquim Magalhães, José Maria de Almeida, Luiz Carlos Prates "Mancha", Nando Poeta, Paulo Aguiar e Valério Arcary EDITOR Eduardo Almeida Neto JORNALISTA RESPONSÁVEL Mariúcha Fontana (MTb14555)
REDAÇÃO Diego Cruz, Gustavo Sixel, Jeferson Choma, Marisa Carvalho, Wilson H. da Silva DIAGRAMAÇÃO Carol Rodrigues IMPRESSÃO Gráfica Lance (11) 3856-1356
ASSINATURAS (11) 5581-5776 assinaturas@pstu.org.br - www.pstu.org.br/assinaturas

SEDE NACIONAL

Rua dos Caciques, 265
Saúde - São Paulo (SP)
CEP 04145-000 - (11) 5581-5776
www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opinioao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br
sindical@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
gayslesb@pstu.org.br
racaeclass@pstu.org.br
livraria@pstu.org.br
internacional@pstu.org.br



ALAGOAS

MACAÍO - Rua Dias Cabral, 159. 1º andar
- sala 102 - Centro - (82)9903.1709
maceio@pstu.org.br

AMAPÁ

MACAPÁ - Av. Pe. Júlio, 374 - Sala 013
- Centro (altos Bazar Brasil)
(96) 3224.3499 macapa@pstu.org.br

AMAZONAS

MANAUS - R. Luiz Antony, 823,
Centro (92) 234-7093 manaus@pstu.org.br

BAHIA

SALVADOR - Rua da Ajuda, 88, Sala 301
Centro (71) 3321-5157 salvador@pstu.org.br
ALAGOINHAS - R. 13 de Maio, 42 Centro
IPIAU - Rua Itapagipe, 64 - Santa Rita
VITÓRIA DA CONQUISTA
Avenida Caetité, 1831 - Bairro Brasil

CEARÁ

FORTALEZA fortaleza@pstu.org.br
CENTRO - Av. Carapinima, 1700, Benf-
ca (82) 254-4727
MARACANAÚ - Rua 1, 229 -
Conjunto Jereissati 1
JUAZEIRO DO NORTE - Rua Padre
Cícero, 985, Centro

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - Setor de Diversões Sul (SDS)-
CONIC - Edifício Venâncio V, subsolo, sala
28 Asa Sul - (61) 3321-0216
brasilia@pstu.org.br

ESPÍRITO SANTO

VITÓRIA - vitoria@pstu.org.br

GOIÁS

GOIÂNIA - R. 70, 715, 1º and./sl. 4
(Esquina com Av. Independência)
(62) 3224-0616 / 8442-6126
goiania@pstu.org.br

MARANHÃO

SÃO LUÍS - (98) 3245-8996 / 3258-0550
saoluis@pstu.org.br

MATO GROSSO

CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165,
Jd. Leblon (65) 9956-2942

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE - Av. América, 921
Vila Planalto (67) 384-0144 campogran-
de@pstu.org.br

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE bh@pstu.org.br
CENTRO - Rua da Bahia, 504/ 603
- Centro (31) 3201-0736
BETIM - R. Inconfidência, sl 205 Centro
CONTAGEM - Rua França, 532/202 - Eldo-
rado - (31) 3352-8724
JUIZ DE FORA juizdefora@pstu.org.br
UBERABA uberaba@pstu.org.br
R. Tristão de Castro, 127 - (34) 3312-5629
UBERLÂNDIA - (34) 3229-7858

PARÁ

BELÉM belem@pstu.org.br
Passagem Dr. Dionísio Bentes, 153
- Curió - Utingá - (91) 3276-1909

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - R. Almeida Barreto, 391,
1º andar - Centro (83) 241-2368 - joao-
pessoa@pstu.org.br

PARANÁ

CURITIBA - R. Cândido de Leão, 45 sala
204 - Centro (próximo a Praça Tiradentes)
MARINGÁ - Rua José Clemente, 748
Zona 07 - (44) 91113259

PERNAMBUCO

RECIFE - Rua Monte Castelo, 195
Boa Vista - (81) 3222-2549

PIAUÍ

TERESINA - Rua Quintino Bocaiúva, 778

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO rio@pstu.org.br
(21) 2232-9458
LAPA - Rua da Lapa, 180 - sobreloja
DUQUE DE CAXIAS - Rua das Pedras,
66/01, Centro
NITERÓI - Av. Visconde do Rio Branco,
633 / 308 - Centro niteroi@pstu.org.br
NOVA FRIBURGO - Rua Guarani, 62
- Cordueira (24) 2533-3522
NOVA IGUAÇU - Rua Cel Carlos de
Matos, 45 - Centro novaiguacu@pstu.org.br
SÃO GONÇALO - Rua Ary Parreiras, 2411
sala 102 - Paraíso (próximo a FFP/UERJ)
SUL FLUMINENSE sulfluminense@pstu.org.br

BARRA MANSA - Rua Dr Abelardo de
Oliveira, 244 Centro (24) 3322-0112
VALENÇA - Pça Visc.do Rio Preto,
362/402, Centro (24) 3352-2312
VOLTA REDONDA - Av. Paulo de Fron-
tim, 128- sala 301 - Bairro Aterrado
NORTE FLUMINENSE
MACAÉ - Rua Teixeira de Gouveia, 1766
(fundos) (22) 2772.3151 norteflumen-
se@pstu.org.br

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL
CIDADE ALTA - R. Apodi, 250
(84) 3201-1558
ZONA NORTE - Rua Campo Maior, 16
Centro Comercial do Panatis II
CURRAIS NOVOS - Rua Candido Mendes,
150, Centro

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE portoalegre@pstu.org.br
CENTRO - R. General Portinho, 243 (51)
3024-3486 / 3024-3409
PASSO FUNDO - Galeria Dom Guilherme,
sala 20 - Av. Presidente Vargas, 432
(54) 9993-7180
GRAVATÁ - R. Dinarte Ribeiro, 105,
Morada do Vale - (51) 9864-5816
SANTA CRUZ DO SUL - (51) 9807-1722
SANTA MARIA - (55) 8409-0166
santamaria@pstu.org.br

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - Rua Nestor Passos, 77,
Centro (48) 3225-6831
floripa@pstu.org.br
CRICIÚMA - Rua Pasqual Meller, 299,
Bairro Universitário, (48) 9102-4696
agapstu@yahoo.com.br

SÃO PAULO

SÃO PAULO saopaulo@pstu.org.br
www.pstusp.org.br
CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248
- São Bento (11) 3313-5604
ZONA NORTE - Rua Rodolfo Bardela,
183
V. Brasilândia (11) 3925-8696
ZONA LESTE - R. Eduardo Prim Pedro-
so de Melo, 18 (próximo
à Pça. do Forró) - São Miguel
ZONA SUL - Rua Amaro André, 87
- Santo Amaro
BAURURUA - Rua Antonio Alves nº6-62
- Centro - (14) 227-0215
bauru@pstu.org.br
CAMPINAS - R. Marechal Deodoro, 786
(19) 3235-2867 - campinas@pstu.org.br
FRANCO DA ROCHA - Avenida 7 de
setembro, 667 - Vila Martinho
edcosta16@telefonica.com.br
GUARULHOS - guarulhos@pstu.org.br
Av. Esperança, 733 - Centro
(11) 6441-0253
guarulhos@pstu.org.br
JACAREÍ - R. Luiz Simon, 386 - Centro (12)
3953-6122
MOGI DAS CRUZES - Rua Flaviano de
Melo, 1213 - Centro - (11) 4796-8630
PRES. PRUDENTE - R. Cristo Redentor, 11
Casa 5 - Jd. Caiçara - (18) 3903-6387
RIBEIRÃO PRETO - Rua Monsenhor
Siqueira, 614 - Campos Eliseos (16)
3637.7242 ribeiraopreto@pstu.org.br
SÃO BERNARDO DO CAMPO - Rua Car-
los Miele, 58 - Centro (atrás do Terminal
Ferreazópolis) - (11)4339-7186
saobernardo@pstu.org.br
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
sjc@pstu.org.br

CENTRO - Rua Sebastião Humel, 759
(12) 3941.2845
SOROCABA - Rua Prof. Maria de Almeida,
498 - VI. Carvalho (15) 9129.7865 soroca-
ba@pstu.org.br
SUZANO suzano@pstu.org.br

SERGIPE

ARACAJU - Av. Gasoduto / Francisco
José da Fonseca, 1538-b
Cjto. Orlando Dantas (79) 3251-3530
aracaju@pstu.org.br

SERVE PARA ALGUMA COISA PARTICIPAR DAS ELEIÇÕES?

Muitos ativistas honestos têm uma enorme descon-
fiança das campanhas
eleitorais. E têm toda razão,
porque os partidos políticos que
estão nos governos (nacional, es-
taduais e municipais) buscam os
votos dos trabalhadores nas elei-
ções e depois traem todas suas
promessas. Dois anos depois, os
mesmos partidos fazem novas
promessas que são traídas nova-
mente. Os casos de corrupção se
generalizam. O povo diz coberto
de razão que os “políticos” só
querem é se arrumar.

E O QUE SE PODE FAZER?

Isso é pura verdade. O pro-
blema é discutir o que fazer a
partir daí. Não adianta “não
querer saber de política”. Se os
melhores ativistas, os melhores
lutadores, chegarem a essa
posição, a vida vai continuar a
mesma de sempre. Os mesmos
partidos vão continuar man-
dando... e roubando os cofres
públicos.

Então o que se pode fazer em
uma eleição? O país precisa de
uma mudança profunda que só
virá com o socialismo. Não virá
com as eleições. No entanto, nas
eleições podemos dar um passo
adiante nessa luta para mudar
o país.

É um momento em que se
discutem as soluções para o
país. É possível discutir nossas
propostas para essas mudanças,
nosso programa socialista, com
milhões de pessoas. Só podere-
mos mudar o país se os traba-
lhadores estiverem convencidos
disso. E as eleições nos permi-
tem discutir isso abertamente.

Não vamos resolver ne-
nhum dos graves problemas
sociais do país com as eleições,
ao contrário do que dizem os
partidos burgueses de sempre.
Mas podemos utilizar as elei-
ções para fazer avançar as lu-

tas diretas dos trabalhadores.

É possível apoiar as lutas
que estejam ocorrendo utilizan-
do o espaço eleitoral na TV. Por
exemplo, em 2002, o PSTU foi
o único partido que aproveitou
seu tempo eleitoral na TV para
divulgar o plebiscito contra a
Alca, contribuindo decisivamen-
te para se conseguir os mais de
dez milhões de participantes.

A NECESSIDADE DE UMA TERCEIRA FORÇA, A DOS TRABALHADORES

Existe uma enorme confusão
na cabeça dos trabalhadores.
Elegeram Lula para mudar o

**É preciso uma nova
alternativa, dos
trabalhadores. Está na
hora de expressar nas
eleições o que já está
acontecendo nas lutas**

país, mas tudo seguiu na mes-
ma. Não têm confiança na opo-
sição burguesa, mas também já
começam a ficar irritados com
o aumento da inflação.

Existe uma lógica de polari-
zação eleitoral entre os partidos
do bloco governista (PT, PCdoB,
PDT, PP, PMDB) de um lado e
da oposição burguesa (PSDB-
DEM) de outro. Na realidade
é uma briga pelo controle do
aparato de Estado e de suas
verbas entre dois setores com
o mesmo programa, o mesmo
plano econômico e a mesma
corrupção.

É preciso uma nova alterna-
tiva, dos trabalhadores. Está na
hora de expressar nas eleições
o que já está acontecendo nas
lutas. Existe uma ruptura de
massas com a CUT e a Força Sin-
dical pela esquerda, que está se

ampliando e expressando atra-
vés da Conlutas. O movimento
sindical não está preso nessa
polarização entre o governo e a
oposição burguesa. A Conlutas
é a alternativa que vai capitali-
zando este processo de ruptura
com a CUT e o governo.

Essa alternativa de esquerda,
contrária aos dois blocos majori-
tários, já se esboçou nas eleições
de 2006, com os seis milhões
de votos dados à candidatura de
Heloísa Helena. Nessas eleições
de 2008, o PSTU chamou a uma
frente entre nosso partido, o
PSOL e o PCB. Infelizmente, a
direção do PSOL preferiu se co-
ligar com partidos da burguesia
em várias capitais, inviabilizan-
do a frente, como em Porto Ale-
gre e Macapá. Na maioria das
capitais, no entanto, a Frente de
Esquerda saiu e pode ser uma
alternativa contra os dois blocos
da burguesia.

APÓIE OS CANDIDATOS DO PSTU

É por isso que estamos cha-
mando você, que esteve conosco
nas lutas salariais, nas eleições
das oposições sindicais, nas
mobilizações estudantis, a se
engajar em nossa campanha
eleitoral.

Não encontrará em nós uma
campanha rica, não receberá
“brindes” de camisetas, não lhe
ofereceremos dinheiro ou car-
gos. Este é o tipo de campanha
dos partidos que estão no poder:
oferecem migalhas a você para
que eles continuem mandando
no país e roubando você. A
nossa campanha é modesta e
se orgulha disso, porque não
temos o dinheiro da burguesia
e da corrupção.

Mas poderá participar de
uma atividade que, ainda que
inicial, tem um profundo signi-
ficado: ajudar a construir uma
alternativa socialista. Poderá
ter orgulho do que fez e não
se arrepender amanhã por um
voto jogado fora. Apóie e par-
ticipe da campanha eleitoral
do PSTU.



ESCÂNDALO REVELA O SUBMUNDO DAS PRIVATIZAÇÕES E DO MENSALÃO

DANIEL DANTAS SE ESBALDOU nas privatizações de FHC e abasteceu o mensalão do PT

DIEGO CRUZ, da redação

A operação da Polícia Federal (PF) que resultou na prisão de célebres corruptos como o banqueiro Daniel Dantas, o especulador Naji Nahas e o ex-prefeito de São Paulo, Celso Pitta, revela bem mais que as ações orquestradas de uma organização que se sustenta através de crimes como fraudes no sistema financeiro e lavagem de dinheiro.

Na chamada Operação Satiagraha, vinte e duas pessoas foram presas. Entre os principais crimes investigados, estão gestão fraudulenta, formação de quadrilha, evasão de divisas, ou seja, a remessa ilegal de dinheiro para o exterior, e lavagem de dinheiro. O principal nome envolvido nas investigações é o de Daniel Dantas, dono do banco Opportunity, considerado o líder da quadrilha.



Naji Nahas

Segundo o relatório da PF, a organização contava com inúmeras ramificações. Enquanto Dantas agia no desvio de verbas públicas, fraudes e toda espécie de crime financeiro, Nahas atuava com doleiros para trazer o dinheiro enviado ilegalmente pelo banqueiro ao exterior de volta ao país. Numa das pontas desse esquema, figura Celso Pitta, cliente de Nahas. O relatório do delegado Protógenes Queiroz classifica a gestão Pitta como um "grande assalto aos cofres públicos, travestido de mandato governamental".

JUSTIÇA DE CLASSE

Antes mesmo que alguém pudesse achar que a Justiça estava mudando, punindo agora também os criminosos de colarinho branco, os peixes grandes foram soltos. O caso mais emblemático foi o de Dantas. Funcionários do banqueiro foram flagrados dias antes oferecendo propina ao delegado em troca da retirada do nome dele do processo. Para os emissários de Dantas, o banqueiro estava preocupado apenas com a primeira instância, pois "Dantas não tem medo do STF, lá ele resolve fácil", disseram.

Dito e feito. Tão logo Dantas foi preso, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, criticou a ação da PF e mandou soltar o banqueiro. O delegado que ordenou sua prisão pediu novamente a detenção do banqueiro, que ficou apenas algumas horas na Polícia Federal até ser libertado por Mendes novamente. Não temendo a exposição que teria, o juiz agiu como um verdadeiro advogado de Dantas no STF. Além de ilegal, já que Dantas não teria direito a foro especial, a ação do presidente do Supremo mostrou a justiça de classe que vigora no país, que não permite que um banqueiro permaneça preso mesmo com toneladas de evidências de seus crimes.

SUBMUNDO DO CRIME

As recentes investigações são desdobramentos do escândalo do mensalão, que balançou o governo Lula em 2005. O caso revelou um mega-esquema de desvio de recursos públicos de estatais para a compra de deputados em votações importantes para o governo, como a reforma da Previdência em 2003.

Tais desvios eram realizados através de contratos entre estatais e empresas privadas. O dinheiro do mensalão era então canalizado para o chamado "valerioduto", contas do publicitário Marcos Valério, um

dos chefes do esquema. As principais empresas que abasteciam o "valerioduto" eram a Telemig e a Amazônia Celular, então comandadas por Dantas.

GRANDES INTERESSES

O escândalo escancarou as relações promíscuas entre o setor público e privado. O próprio Dantas fez fortuna através de sua aproximação com o poder. Primeiramente através do PFL e do falecido ACM, que abriu as portas do governo Collor para o banqueiro. Posteriormente, Dantas se esbaldou na farra das privatizações do governo FHC.

Com informações privilegiadas fornecidas pelos tucanos, o banqueiro montou o Opportunity Fund, que participou, junto com os fundos de pensão das estatais, das privatizações do sistema Telebrás. Foi nessa época que Dantas teria se aproximado de Nanhás. "As águas turvas e podres em que Naji Nahas e Daniel Dantas se encontraram remontam a época das privatizações de empresas estatais, em especial telefonia fixa e móvel", diz o relatório da PF.

No governo Lula, Dantas se aproximou do PT, pagando parte da conta do mensalão. Além de ter estabelecido relações com o então tesoureiro petista Delúbio Soares, o banqueiro contratou os serviços de Luiz Eduardo Greenhalgh. Advogado e ex-deputado do PT, Greenhalgh ficou famoso por defender perseguidos pela ditadura e ativistas de movimentos sociais. Virou agora lobista de Dantas no Planalto.

O último grande negócio em que Dantas esteve envolvido mostra bem a relação que o banqueiro estabeleceu com o governo. O dono do Opportunity costurou a venda da Brasil Telecom (BrT) para a Oi, por um valor bem acima do preço de mercado. Para viabilizar a negociação, o Banco do Brasil concedeu um empréstimo de nada menos que R\$ 4,3 bilhões à Oi. Já o BNDES vai liberar R\$ 2,5



Daniel Dantas

bilhões para a concretização de um dos maiores negócios do capitalismo brasileiro. O que Dantas vai ganhar com isso? Quase um bilhão de dólares. Essa é a cifra que a Oi pagará a Dantas, que é acionista da BrT.

Todo o financiamento estatal para o negócio chega a 62% da compra. O negócio, pago com dinheiro público, trará o monopólio nacional privado para a telefonia. Evidentemente, os trabalhadores pagarão a conta: mais tarifas e mais impostos.

Como se isso não bastasse, como a fusão das empresas é ilegal na atual legislação, o go-

verno se comprometeu a mudar a lei para atender os interesses dos empresários.

PANOS QUENTES

Dantas virou um verdadeiro arquivo ambulante. Esconde segredos de tucanos e petistas. O relatório de Protógenes levanta ainda a "suspeita que além de Dantas e Nahas, existe um comando central acima deles". Ou seja, essa pode ser apenas a ponta do iceberg.

Não é de se estranhar, portanto, todo o esforço da direção da PF e do governo para afastarem os delegados responsáveis pelas investigações.

O jogo de cena de Lula

Após o governo iniciar a operação abafa no caso Dantas, Lula resolveu fazer novo jogo de cena para tentar enganar a população. O presidente disse que o delegado da PF, Protógenes Queiroz, responsável pelo inquérito contra o banqueiro, tem a "obrigação moral" de continuar à frente do caso. O delegado, porém, foi afastado depois que Dantas ameaçou abrir a boca e entregar muito peixe graúdo da República.

A sujeira de Dantas começava a subir a rampa do Planalto e provocou a súbita mudança de atitude do governo. As gravações de Greenhalgh, contratado por Dantas, pedindo favores ao

companheiro Gilberto Carvalho, assessor do presidente; o envolvimento do compadre de Lula, Roberto Teixeira, pago pra fazer tráfico de influência; ministros que prestavam serviços ao banqueiro, como Roberto Mangabeira Unger, e até de negócios escusos entre o filho do presidente (o "Lulinha") com Dantas, ameaçavam seriamente o governo.

A declaração de Lula sobre Protógenes, portanto, não passa de uma encenação para atenuar o desgaste do governo no caso. Como em outros casos de corrupção, a impunidade aos poderosos reinará. Talvez isso explique o largo sorriso de Salvatore Alberto Cacciola ao desembarcar no Brasil.

APÓIE CANDIDATOS LUTADORES E SOCIALISTAS

DA REDAÇÃO

Panfletos, santinhos, bandeiras e muitos sorrisos. É difícil não perceber, a campanha eleitoral começou. Nos próximos meses, a população será saturada por promessas vazias de velhos políticos profissionais. Prometendo o paraíso na Terra, eles querem renovar as esperanças do povo e dos trabalhadores nesse regime político. Assim, eles se mantêm no poder e as coisas ficam como estão.

A chamada democracia burguesa alimenta a ilusão de que o voto pode mudar a realidade. Assim, se a vida anda difícil e a corrupção vira a regra na política, a culpa é transferida para o povo, que "não soube votar direito". O regime burguês é, no entanto, uma ditadura dos ricos escondida sob uma máscara democrática.

Os financiamentos milionários de empresários, banqueiros e latifundiários determinam os políticos que serão eleitos. São os mesmos de sempre que, no parlamento, defendem os interesses da burguesia. Só na campanha à prefeitura de São Paulo, Marta Suplicy (PT), Geraldo Alckmin (PSDB) e Gilberto Kassab (DEM) declararam que irão gastar algo em torno de R\$ 80 milhões.

Se as eleições para presidente mobilizam as esperanças de milhões, as municipais não fogem à regra. Os prefeitos e vereadores são os representantes desse regime que estão mais próximos da população. É onde também aparecem de forma mais explícita as práticas clientelistas e coronelistas, como a compra de votos em troca de cestas básicas, ou até mesmo através de ameaças.

As prefeituras gerem parte importante do sistema público de saúde, educação, transporte e assistência social. Assim como ocorre na esfera federal e estadual, os municípios respondem à Lei de Responsabilidade Fiscal, que prioriza o pagamento da dívida em detrimento dos investimentos sociais. Ou seja, é a base da pirâmide que mantém esse regime.

Não é apenas a campanha eleitoral, porém, que se reveste de uma falsa máscara democrática. Ultrapassando a barreira das eleições, o próprio parlamento não apresenta qualquer possibilidade de transformação social.

POR QUE PARTICIPAR DAS ELEIÇÕES?

O PSTU está apresentando candidaturas diferentes nestas eleições. Alternativas da classe trabalhadora aos candidatos da burguesia. Mas, se a campanha eleitoral é, em geral, uma grande farsa a fim de renovar e perpetuar as ilusões do povo e dos trabalhadores nesse regime, por que participar das eleições? Historicamente, os revolucionários aproveitam o espaço conquistado no regime para atuar contra ele. As eleições inclusive.

A campanha eleitoral, nesse marco, é utilizada pelo partido revolucionário para fazer propaganda de sua política, denunciar o sistema e essa falsa democracia e, sobretudo, apoiar as lutas concretas dos trabalhadores. Assim, as promessas vazias dos políticos tradicionais dão lugar a um discurso de classe, de denúncia contra o capitalismo e defesa do socialismo.

Para o PSTU, segue hoje mais válida que nunca uma resolução da III Internacional sobre as eleições. Segundo ela, o parlamento burguês é um ponto de apoio secundário para o partido. "A campanha eleitoral em si mesma deve ser conduzida, não no sentido da obtenção do máximo de mandatos parlamentares, mas no sentido da mobilização das massas", diz a resolução. Isso porque o que é importante, estratégico, para o partido revolucionário, é a mobilização das massas.

As eleições são uma tática submetida a isso. Na medida em que os trabalhadores ainda mantêm suas ilusões nesse regime, o PSTU utiliza o curto espaço nas eleições para denunciá-lo e impulsionar as lutas.

FRONTE ELEITORAL DE ESQUERDA

Nessas eleições, o PSTU defendeu uma frente de esquerda que unificasse o PSOL, PCB e

PSTU, sem nenhuma representação dos partidos burgueses. O objetivo é estimular uma alternativa dos trabalhadores contra o governo e também contra a oposição burguesa.

Tal frente se formou na maioria das capitais do país incluindo Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Belém, Fortaleza, João Pessoa, Aracaju, Teresina, Salvador, Manaus, Campo Grande e Goiânia.

A frente não se concretizou em cidades onde o PSOL se aliou a partidos da burguesia, como em Porto Alegre (com o PV, da base do governo Lula) e Macapá (PSB). A frente também não saiu aonde o PSOL quis impor um critério arrogante e autoritário. Em Maceió, por exemplo, infelizmente com apoio de Heloísa Helena, o PSOL simplesmente não aceitava que os candidatos a vereador do PSTU tivessem tempo no programa de TV.

CANDIDATURAS DAS LUTAS DOS TRABALHADORES...

Outro aspecto importante da participação dos socialistas nas eleições é a apresentação de candidatos que representam as lutas diretas dos trabalhadores. Os candidatos do PSTU são metalúrgicos, petroleiros, bancários, professores, servidores. São lideranças grevistas que atuam direta e cotidianamente nas lutas dessas categorias. Durante a campanha, o PSTU cederá seu tempo de TV para o apoio às greves que ocorrerem.

Toda a campanha eleitoral do PSTU é financiada com recursos dos próprios trabalhadores. Caso eleito, o candidato colocará seu mandato a serviço da mobilização, não terá qualquer privilégio material e continuará vivendo com o mesmo salário que ganhava antes de eleito.

Da mesma forma, os discursos de nossos candidatos não apresentam promessas vazias. Ao contrário, nossa campanha afirma que nada vai mudar sem uma ampla mobilização dos

trabalhadores. Coloca a necessidade de se parar de pagar a dívida aos estados e governo federal, a fim de se investir em saúde, educação e demais áreas sociais. Denuncia, por isso, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que classifica como crime não pagar a dívida.

...E SOCIALISTAS

Coerente com essa política, um dos principais diferenciais das candidaturas do PSTU é a opção clara pelo socialismo. Nenhuma mudança de fato vai ocorrer nos limites do capitalismo. A burguesia e os partidos reformistas acusam o PSTU de "utópico". Querem fazer parecer estranho falar de socialismo nas eleições municipais, cujos problemas discutidos são buracos de ruas,

a precariedade dos postos de saúde e das escolas.

As propostas irreais, "utópicas" ou mesmo mentirosas, porém, partem desses partidos. Como melhorar a saúde, educação e demais áreas destinando a maior parte dos recursos ao pagamento da dívida aos banqueiros e especuladores? Como governar para a maioria do povo num sistema cujo sentido é perpetuar o lucro de poucos ao custo da miséria e exploração da maioria? Por isso, um programa coerente e realista de verdade não pode se restringir aos marcos do capitalismo.

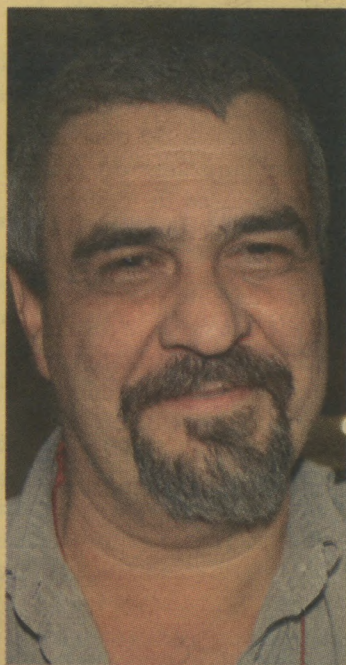
Só através do socialismo é possível resolver os problemas que afligem o cotidiano da grande massa dos trabalhadores.



CONHEÇA AS CANDIDATURAS SOCIALISTAS E DE LUTA DO PSTU

“Contra a inflação, reposição automática já”

DIRCEU TRAVESSO, O “DIDI”
Candidato a vereador em São Paulo
(Frente PSTU e PSOL)



“As primeiras consequências da crise econômica internacional já começam a afetar a vida dos trabalhadores brasileiros. A inflação não pára de crescer. O preço dos alimentos está nas alturas. É preciso que os trabalhadores sejam alertados de que a crise vai piorar. A inflação vai crescer e já está no horizonte uma nova recessão.

A inflação é consequência do atual modelo econômico empunhado tanto pelo PT quanto pelo PSDB. Com a aplicação do neoliberalismo, a economia do país se tornou ainda mais dependente do imperialismo norte-americano. Agora está trazendo para o país a inflação e a recessão, que já avança nos EUA.

Para os trabalhadores a inflação tem uma consequência grave, pois é um mecanismo de confisco de parte dos salários em favor do lucro dos patrões. Os patrões podem reajustar os preços todos os dias e nós trabalhadores só conseguimos reajustar os salários, quando muito, a cada ano.

O pior de tudo isso é que

a inflação e a alta do preço dos alimentos pesam mais no bolso do trabalhador de baixa renda. Esses trabalhadores destinam uma parte maior do que ganham para garantir a comida, deixando outras despesas de lado. Uma pesquisa do Dieese realizada em São Paulo mostra que a inflação geral é de 5,82% nos últimos doze meses. No entanto para as famílias mais pobres, com renda mensal de um a três salários mínimos, a inflação real foi de 7,83%, pelo aumentos dos alimentos. Enquanto isso, as famílias mais abastadas, com renda média mensal de R\$ 2.792, tiveram uma inflação geral de 4,99% no período.

A única forma de diminuir as perdas dos trabalhadores com a inflação é a adoção de um mecanismo de reposição automática, como o gatilho, para os salários e aposentadorias. Atualmente, as correções da variação inflacionária são anuais, o que é absolutamente insuficiente diante de uma inflação galopante.

O governo do PT, o PSDB, a grande imprensa e até as centrais governistas, CUT e Força Sindical, vão dizer que a reposição automática vai aumentar ainda mais a inflação. Isso é uma grande mentira. O reajuste apenas repõe ao salário o valor que ele tinha antes de ser corroído pela inflação.

Na campanha eleitoral vamos defender a diminuição imediata dos preços. É preciso congelar os preços dos alimentos, alugueis, do gás e dos combustíveis. É preciso exigir o rompimento com o FMI para garantir um aumento emergencial de 100% no salário-mínimo. Desta forma, defendemos aumentos sucessivos no salário mínimo para atingir o piso do Dieese”.

“Fim da repressão policial ao povo pobre das comunidades carentes”

CYRO GARCIA, 16.123
Candidato a vereador do Rio de Janeiro
(Frente PSTU e PSOL)



Em época de eleições, propostas mágicas para solucionar o problema da violência “sempre voltam à cena. Os partidos de direita são os primeiros a propor uma legislação mais repressiva, mais polícia nas ruas, diminuição da maioridade penal e até pena de morte. Mas a verdade é que essas propostas só aumentam a violência e não combatem as verdadeiras causas da criminalidade.

Lula apóia a atual política de segurança pública de extermínio adotada pelo governo de Sérgio Cabral (PMDB). O governo federal manda o exército ocupar as comunidades carentes, como no caso do morro da Providência, para promover obras eleitoreiras do candidato Marcelo Crivela, apoiado por Lula.

Tal política já provocou a morte de centenas de pessoas. A maioria é de jovens e crianças negras das comunidades carentes. Mas a população das comunidades está se mobilizando e exigindo a retirada das tropas. Fora tropas do Exército e da Força Nacional de Segurança das comunidades carentes! Fim da repressão policial ao povo pobre das favelas!

Fome, miséria e o Estado são os

responsáveis pela criminalidade e a violência no Brasil. É preciso encerrar de frente a questão da miséria para acabar com a criminalidade.

É preciso acabar com a política econômica atual, que aumenta os lucros dos banqueiros e das multinacionais, para assegurar empregos e salários justos. Uma sociedade onde milhares de excluídos são jogados no desemprego, enquanto as elites vivem na impunidade da corrupção, não tem a menor capacidade de acabar com a criminalidade.

Por isso, a primeira medida para acabar com a criminalidade é a ruptura com FMI e o fim do pagamento da dívida. Dessa forma, poderemos utilizar o dinheiro da dívida para investimentos em programas sociais, na geração de empregos, na construção de escolas e hospitais.

O atual aparato policial não serve para combater a violência e a criminalidade. É apenas um instrumento que reprime a população pobre do país. Por isso, defendemos o fim e a destruição de todo o atual aparato policial, como as Polícias Militar e Civil. A Guarda Municipal também deve acabar e seus trabalhadores devem ser incorporados em outras funções do serviço público.

Ao invés da atual polícia repressora, o PSTU defende a criação de uma nova polícia Civil Unificada e Democrática. Sua função deve ser a de proteger a integridade física e os bens dos trabalhadores. Essa polícia deve ser democrática, com eleição dos superiores, direito à sindicalização e à realização de greves em defesa de suas reivindicações. Delegados, promotores e juízes devem ser eleitos pela comunidade.

Também defendemos o fim da perseguição aos camelôs. Os trabalhadores ambulantes devem ter a regulamentação do direito ao trabalho”.

“Redução da jornada de trabalho para 36 horas semanais, sem redução de salários e direitos”

ANTONIO DONIZETE, O “TONINHO”
Candidato a Prefeito de São José dos Campos
(Frente PSTU e PSOL)

“Em São José dos Campos, os trabalhadores da GM enfrentaram os patrões e derrotaram as propostas da direção da empresa de implementar o banco de horas. Toda a elite da cidade, políticos, imprensa e até a igreja, defenderam a proposta da GM. Partidos como o PT e o PSDB também estavam unidos à GM e atacaram aqueles que se recusaram a rebaixar os direitos dos trabalhadores. Felizmente os trabalhadores venceram essa gente e disseram não ao banco de horas.

A vitória dos metalúrgicos de São José está se tornando uma referência. Agora foram os operários da Volks do ABC

Paulista que derrotaram o banco de horas, contra a vontade do sindicato da CUT, ligado ao governo Lula.

Temos que reverter a existência do banco de horas em todas as fábricas do país. O sindicato de São José estará ajudando essa luta contra o fim dos direitos dos trabalhadores.

É preciso redução da jornada de trabalho para 36 horas semanais, sem redução de salários e direitos. O ritmo brutal de trabalho nas fábricas, bancos e escolas está acabando com a saúde de milhões. Muitos apresentam lesões por esforços repetitivos como tendinites nos braços e

dores lombares. Os acidentes de trabalho se multiplicam gerando uma multidão de deficientes. É preciso reduzir a jornada de trabalho para salvar a saúde dos trabalhadores.

O PSTU defende um programa para combater o desemprego, que inclui a redução da jornada para 36 horas e um plano de obras públicas, cujo objetivo será a construção massiva de casas populares, hospitais, creches, escolas, universidades, estradas, ferrovias, etc. Este plano incorporaria milhões de desempregados num grande mutirão nacional de reconstrução do país”

“Contra a opressão e o racismo”

VERA GUASSO
Candidato a Prefeita de Porto Alegre
(Frente PSTU e PSOL)



“A nossa candidatura em Porto Alegre tem um compromisso histórico com as lutas contra a opressão. Defendemos todos oprimidos e explorados.

Na sociedade capitalista, à opressão a negros e negras, às mulheres e homossexuais é uma triste realidade. Salários mais baixos, agressões e assédio moral fazem parte do cotidiano.

Nas eleições vamos apresentar um programa dos trabalhadores para enfrentar essas discriminações e violências.

Vamos defender salários iguais para trabalho igual, ampliação das creches públicas para que as mu-

lheres possam deixar seus filhos enquanto trabalham, construção de casas abrigos para mulheres vítimas de violência familiar, e a legalização do aborto com atendimento médico na rede do SUS.

Em relação à questão racial, defendemos cotas nas Universidades e no Serviço Público, além de salário igual para negros e negras.

Na luta contra a homofobia, defendemos a união civil para casais do mesmo sexo com amplos direitos de reconhecimento. Esses direitos devem ser conquistados na luta cotidiana da classe trabalhadora!”

“Não à Lei de Responsabilidade Fiscal”

VANESSA PORTUGAL
Candidato a Prefeita de Belo Horizonte (Frente PSTU e PSOL)



“Em todo o país, as prefeituras, governadas pelo PT ou PSDB, seguem um importante mandamento do FMI: a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Ela foi criada pelo governo FHC a mando do FMI. Ao contrário do que dizem o governo e a grande imprensa, essa lei não é a solução para os problemas de corrupção e desvios dos recursos públicos. Seu objetivo é garantir o pagamento da dívida dos mu-

nicípios aos banqueiros e não os gastos sociais, como saúde, moradia e educação. Na verdade, essa é uma lei de irresponsabilidade social: para os credores da dívida, tudo. Para os trabalhadores e o povo pobre, fome e miséria.

Nossa candidatura propõe garantir mais verbas para a saúde, educação, saneamento básico e moradia. Mas, para isso, é preciso parar de pagar a dívida pública dos municípios com a União e dizer não à LRF, que retira verbas das áreas sociais para pagar juros aos banqueiros.

Na capital mineira, nove candidatos disputam



o cargo de prefeito, que atualmente pertence a Fernando Pimentel (PT). Mas a novidade é a coligação informal entre PT e PSDB, que apóiam a candidatura do empresário Márcio Lacerda (PSB). A aliança mostra que não existe nenhuma diferença entre os partidos, pois ambos defendem um programa neoliberal e a LRF”.

“Cadeia pra corruptos e corruptores”

JOANINHA OLIVEIRA
Candidata do PSTU a prefeitura de Florianópolis



“Mais uma vez o país assiste a um novo escândalo de corrupção. Mais uma vez todos os grandes partidos, inclusive PT e PSDB, estão com o rabo preso. O caso do banqueiro Daniel Dantas mostra que os dois partidos também são iguais na corrupção. Dantas ficou milionário com as privatizações do governo FHC. Já no governo Lula, o banqueiro foi um dos principais fornecedores do “mensalão”.

A impunidade multiplica os casos de corrupção. O PSTU defende a prisão para os corruptos

e o confisco seus bens. De nada adiantam as prisões temporárias sem que se expropriem os bens dos corruptos, porque, ao sair do período na prisão, o corrupto vai usufruir o que roubou.

Mas não existem corruptos sem corruptores. É necessário também prender e expropriar as empresas que corromperam. Hoje nenhum “peixe graúdo” vai para a cadeia e muito menos as grandes empresas corruptoras são afetadas. O caso de Dantas mostra bem como isso funciona. Apesar

de ser um dos maiores corruptores do país, ele continua livre e desfrutando dos seus bens e do dinheiro roubado.

Não recebemos dinheiro da burguesia, nem da corrupção. Se elegermos parlamentares nestas eleições, eles continuarão com o mesmo nível de vida que tinham antes de serem eleitos, ganhando salários iguais aos de operários qualificados e colocando o restante a serviço das mobilizações. No PSTU não há espaço para o carreirismo parlamentar”.

GREVE DOS CORREIOS DERROTA GOVERNO E CONQUISTA VITÓRIA

GUILHERME FONSECA,
de Recife (PE)

Após 21 dias de greve, os trabalhadores dos Correios conseguiram uma vitória histórica. Depois de anos de luta, o governo Lula paga em definitivo o adicional de risco, no valor de 30% do salário base de cada carteiro. Na prática, suspende a implantação unilateral do PCCS (Plano de Cargos, Carreira e Salários).

O presidente da ECT (Empresa de Correios e Telégrafos), Carlos Henrique Custódio, chegou a dizer que os carteiros eram simples entregadores de papel e que não mereceriam o adicional. Após essa declaração, uma greve de pouco mais de três dias em abril mostrou que "os entregadores de papel" têm força e disposição de luta. Sensibilizando

toda a população, arrancaram um novo compromisso da ECT e do governo Lula.

A ECT, porém, voltou a endurecer afirmando que aplicará um PCCS unilateralmente. A medida impunha o chamado "cargos amplo", que reúne uma série de funções em um único cargo, além de vários outros ataques.

CULPA É DO GOVERNO

Diante de tudo isso, os companheiros da Conlutas propuseram greve por tempo indeterminado no dia 1º de julho, caso a ECT não cumprisse o acordo. Os governistas tiveram que ir a reboque da base.

Como o acordo não foi cumprido, a categoria foi à greve. A ECT e o governo Lula jogaram todas as "armas" para derrotar o movimento. Ameaças não fal-

taram: corte dos pontos, telegramas, determinação do TST para o retorno imediato de 50% dos ecetistas ao trabalho, sobre pena de multa diária de R\$ 30 mil. No entanto, a grande maioria continuava em greve.

Diante do endurecimento do governo, a maioria da direção da Fentect (CTB e CUT) chama um Consin (conselho com representantes só de sindicatos, onde é vetada a participação da base). Negavam-se, assim, a realizar uma plenária nacional de base, aprovada no Conrep (Congresso de Representantes dos Correios) e defendida pelo companheiro Geraldo Rodrigues, o Geraldinho, da Conlutas e do PSTU. Isto para não enfrentar o governo. No entanto, o tiro saiu pela culatra e o Consin (Conselho de Sindicatos) aprova que a responsabilidade é de Lula e seu governo.

RADICALIZAÇÃO

A derrota da Articulação (CUT) e da CSC (CTB) no Consin, combinada com a forte pressão da base, radicalizou o movimento e as manifestações se voltaram contra o governo Lula. Os trabalhadores chegaram a gritar palavras de ordem como "A greve continua, Lula a culpa é sua".

A greve mostrou que é possível enfrentar o governo Lula, a direção da empresa, o Ministério das Comunicações e o TST. Não só enfrentar, mas vencer seus ataques. O papel cumprido pela Conlutas durante todo o processo foi fundamental para o fim vitorioso da greve. E agora, com determinação e confiança na mobilização da classe, os trabalhadores partirão para a consolidação da vitória durante a campanha salarial e a discussão do PCCS da categoria.



PETROLEIROS

PETROBRÁS ENDURECE E TRABALHADORES RESPONDEM COM MOBILIZAÇÃO

CLAUSMAR RIBEIRO, da Oposição
Petroleira de Macaé (RJ)

Durante a greve dos petroleiros iniciada em 14 de julho, a Petrobras tem adotado medidas tão arbitrarias quanto as que se viam durante os governos militares, ou nos de Collor e FHC.

Em várias plataformas, os trabalhadores solicitaram seus desembarques para somarem-se aos grevistas em terra. Para a surpresa de alguns, a Petrobras estava retendo esses trabalhadores embarcados mesmo sem trabalharem, o que, segundo a direção do sindicato, configura "cárcere privado" do ponto de vista jurídico.

Em resposta, a greve tem adesão crescente desde seu início. Os embarcados se declararam em greve e solicitam o desembarque e os que estão para embarcar (nos aeroportos de Macaé e Campos dos Goytacazes, residentes desde o Rio Grande do Sul até o Pará) negam-se a fazê-lo. A greve conta com, aproximadamente, 70% de adesão da categoria. Das 42 plataformas, 33 estão declaradamente em greve.

A repercussão desta adesão na queda da produção é muito difícil de ser medida com precisão, mas atinge pelo menos 50%. As plataformas que estão produzindo, estão sendo operadas pela equipes

de contingência, formadas por gerentes e coordenadores.

ASSEMBLÉIA DO DIA 16

A truculência da Petrobras aumentou e se voltou, inclusive, contra os dirigentes sindicais defensores do governo Lula. Vários crachás, que permitem a entrada de funcionários nas instalações da Petrobras em Macaé, foram arbitrariamente bloqueados. Assim, ativistas de base da greve e até mesmo a diretoria do Sindipetro-NF estão impedidos de entrarem. Um ativista de base foi expulso por seguranças armados de dentro do prédio de Imbetiba.

No dia 16 de julho ocorreu a primeira assembléia com a

presença de todos os petroleiros grevistas da Bacia de Campos (RJ). Na assembléia, discutiram-se as diferenças entre FUP (Federação Única dos Petroleiros, ligada à CUT e com sindicatos ligados à CTB) e FNP (composta por sindicatos ligados à Conlutas, Intersindical e independentes). Foi um debate produtivo para esclarecer as diferenças e apontar possíveis caminhos para uma mesa nacional de unificada de negociação com a Petrobras, uma bandeira da FNP.

Quanto às negociações da PLR, a categoria está na expectativa das mobilizações das bases da FUP e da FNP.

TRABALHADORES DA REVAP ENFRENTAM DEMISSÕES E REPRESSÃO

DA REDAÇÃO*

Logo após a vitoriosa greve dos operários da construção civil da obra de ampliação e modernização da refinaria da Petrobras, em São José dos Campos (SP), as concessionárias responsáveis pela obra revidaram. Anunciaram 140 demissões, incluindo membros da Comissão Representativa, eleita pelos trabalhadores para negociar durante a paralisação.

Os operários, por sua vez, se mobilizaram exigindo a reintegração dos demitidos. As empresas e a Petrobras, no entanto, partiram para a truculência. A direção da Petrobras permitiu, no último dia 10, a invasão da Tropa de Choque na refinaria para reprimir os trabalhadores. Dezenas de militares, munidos de bombas de efeito moral, gás pimenta e balas de borracha, agiram com violência contra os grevistas, que faziam uma manifestação pacífica.

Os operários seguem mobilizados. Na pauta de reivindicações, a readmissão dos demitidos, respeito aos direitos trabalhistas e de organização e a demissão imediata dos diretores da Petrobras que autorizaram a invasão da Tropa de Choque na refinaria. Outra exigência dos trabalhadores é que a Petrobras assuma definitivamente o controle das obras de ampliação da refinaria.

MOÇÕES

Envie moções de repúdio às demissões e à repressão (com cópia para conlutas-sp@conlutas.org.br):

• **JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO**, presidente da Petrobras - presidencia@petrobras.com.br

• **DIEGO HERNANDES**, diretor-executivo de Recursos Humanos da Petrobras - diegobernandes@petrobras.com.br

• **Sérgio Antunes de Oliveira**, diretor de Recursos Humanos da Revap - sergioaoliveira@petrobras.com.br

• **HELOÍSA HELENA MADEIRA NORONHA**, diretora de Recursos Humanos da Ecovap - heloisa.noronha@ecovap.com.br

*com informações da Conlutas e do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos.

“A CONSTITUINTE ESTÁ LONGE DE ATENDER AS DEMANDAS POPULARES”



KIT GATON

Por JEFERSON CHOMA, do redação

ATAQUES E REPRESSÕES A ATIVISTAS E LUTADORES se tornaram uma constante no governo de Rafael Correa. Tarquino Cajamarca é secretário da Frente de Resistência Sul da Minoria do Equador e membro da Assembleia Nacional Popular. Tarquino foi uma das lideranças perseguidas após uma importante luta contra as transnacionais mineiras, realizada no cantão (subdivisão geográfica do Equador) Limón, na província amazônica de Morona Santiago. Depois de muita luta, Tarquino e outros lutadores foram anistiados pela Assembleia Nacional Constituinte. Nesta entrevista, ele denuncia a repressão e explica como Correa está traindo suas promessas e governando para as multinacionais.

Como você avalia a Assembleia Constituinte?
A Assembleia Constituinte é o fiel reflexo da política de Rafael Correa. Dos 120 assembleístas, 80 são da Aliança País, ligada a Correa. Vinte e cinco assembleístas têm posições vinculadas a setores populares, contraditórios com o governo. Isso gera, inclusive, muitas crises e enfrentamentos entre os mesmos partidários de Correa. Existia muita expectativa na Assembleia. Parecia que o país se encaminharia a um Estado democrático progressista e nacionalista. Mas, ao ser um reflexo da política de Correa, a Constituinte não é nada democrática, pois não são atendidas as demandas e reivindicações dos movimentos camponeses, populares e dos movimentos sociais.

A verdade é que as nacionalidades indígenas estão sendo afetadas por extrações de petróleo, exploração de mineradoras e hidroelétricas privadas. A Constituinte está longe de atender as demandas populares. Muitos dos assessores da Constituinte, por exemplo, são empresários mineiros ou gerentes

de multinacionais.

Nossas reservas de petróleo estão sendo entregues em bandeja de prata ao capital estrangeiro. O governo de Correa está fazendo grandes acordos com os maiores poços petrolíferos, que geram maior produtividade para o país. As jóias da Coroa, isto é, todos os poços petrolíferos, que produzem 470 mil barris de petróleo diários, estão sendo entregues às petrolíferas da Indonésia, Petrochina, PERTAMINA, PDVSA, (Venezuela) e Petrobras.

Por outro lado, as províncias onde se localizam tais poços estão contaminadas. Não temos água para consumo. Muitas pessoas morreram por câncer na pele. As chuvas estão contaminadas.

Além disso, o governo continua pagando pontualmente a dívida externa, que passa de US\$ 16 bilhões. Ou seja, algo que é totalmente contrário ao seu discurso de campanha.

Agora, a Assembleia Nacional Constituinte termina em 26 julho. Mas Correa quer, 10 dias depois, chamar um referendo. O governo faz uma ampla campanha por sua aprovação. A nova Constituição, porém, é uma cortina de fumaça

para ocultar o neoliberalismo e a entrega do petróleo e dos minérios.

Fale sobre as perseguições contra lideranças populares.

Quando começamos a fazer mobilizações contra as mineradoras se deu uma perseguição feroz contra nós. Quase 60 pessoas tiveram prisão preventiva decretada. Mais de 600 companheiros foram processados pelas empresas e pelos governos locais que protegiam os interesses dos empresários. Isso em pleno governo da “Revolução Cidadã”, do “socialismo do século 21”.

Mais de 600 companheiros foram processados pelas empresas e pelos governos que protegiam os interesses dos empresários. Isso em pleno governo da “Revolução Cidadã”

Na minha província fui duramente perseguido, minha esposa foi baleada no braço. Ficamos um ano e três meses na clandestinidade.

Agora, a anistia não foi um presente de Correa. Tampouco a Assembleia Constituinte nos concedeu anistia. Foi a pressão dos trabalhadores, inclusive a nível internacional, com cartas que

chegaram da Espanha, Bélgica e da Conlutas que pressionaram o governo e a Assembleia do Equador. Fizemos várias mobilizações no interior do país até que dessem anistia.

Como foram as lutas contra as empresas mineiras em 2006?

Com a nossa resistência houve grandes enfrentamentos. O maior deles foi produzido em 22 de agosto de 2007, quando o prefeito do cantão Limón, junto com a polícia e pessoas armadas reprimiram manifestantes que tomaram o município por um dia. A repressão deixou 16 feridos. Depois disso, tornamos nossa luta nacional e criamos uma frente de resistência contra as mineradoras em cinco províncias. Assim, organizamos a Assembleia Nacional dos Povos para construir uma luta nacional contra as políticas extrativistas e o saque dos recursos naturais.

Como está a relação do governo com as organizações populares?

Já começam ocorrer várias manifestações que se chocam com o governo. A Conaie (Confederação das Nacionalidades e dos Povos Indígenas do Equador) rompeu publicamente com o governo em meio aos trabalhos da Constituinte. Foi publicado recentemente um Manifesto dos movimentos sociais contra o governo Correa, assinado pela Conaie e a Assembleia dos Povos.

O que propõe a Assembleia Nacional dos Povos?

A Assembleia dos Povos é constituída atualmente por 18 organizações, entre elas a Conaie, Frente de Resistência Sul, Coordenações em Defesa da Natureza, Assembleia Nacional Ambiental, sindicatos, entre outras organizações.

Não temos ainda um programa definido. Mas lançamos um manifesto exigindo que Correa rompa com o FMI e o Banco Mundial. Que expulse a Base Militar de Manta, que viola a soberania do Equador. Também manifestamos a necessidade de se controlar os preços, diante da inflação galopante. Estamos propondo é o fim da criminalização e da perseguição aos lutadores sociais. Pedimos o fim da lei sobre delito e sabotagem. Foi com essa lei que nos acusaram.

O AVANÇO DA PETROBRAS NO EQUADOR

DÊNIS OMETTO,
de São José dos Campos (SP)


A história já não começa bem. A companhia brasileira entrou naquele país pela porta dos fundos. Pelas leis locais, a empresa deveria ter uma sede no país e submeter os contratos de exploração à aprovação governamental. A Petrobras desembarcou no Equador em 2002 sem ter ganho nenhuma licitação pública. Chegou lá através de uma compra ilegal dos direitos que a similar argentina “Pérez Companc” tinha na Amazônia equatoriana, “gerando um quadro de corrupção sem precedentes”, segundo relatório de uma comissão especial criada pelo ex-presidente da Assembleia Constituinte, Alberto Acosta.

Em outubro de 2002, a “Pérez Companc” comunicou a venda de 58,6% de suas ações à Petrobras, incluindo 100% das ações da “EcuadorTLC”, que por sua vez tinha 70% dos direitos de exploração do “Campo Palo Rojo”, na Amazônia. Até o nome da região foi trocado. De “Palo Rojo” (Pau Vermelho) para “Palo Azul” (Pau Azul). É mais ou menos como se uma empresa estrangeira chegasse aqui e não gostasse do nome “Bacia de Campos”.

A história de exploração desse campo, mais especificamente do “Bloco 18”, é permeada por falcatruas, cessões ilegais de direitos, inclusive entre empresas de fachada e sediadas em paraísos fiscais, como a “Cayman”, informações privilegiadas e outras fraudes. A Petrobras arrebatou tudo isso e hoje é quem dá as ordens por lá.

Há no Equador um movimento muito forte para que sejam anulados todos os contratos de exploração envolvendo a transnacional brasileira, tendo sido criada essa Comissão Especial para análise jurídica do caso.

Estima-se que a companhia verde-amarela, em menos de cinco anos, tenha retirado ilegalmente cerca de US\$ 800 milhões do Equador, um país onde mais de um terço da população tem que sobreviver com menos de US\$ 1,00 por dia.

 WWW.PSTU.ORG.BR

Na íntegra, o artigo
“Imperialismo verde-amarelo”.

A PRIMEIRA INTERNACIONAL:



ALICIA SAGRA, da Direção Nacional da Frente Operária Socialista, seção argentina da LIT-QI

A 70 anos de sua fundação, as lutas operárias e dos povos de todo o mundo confirmam a necessidade histórica do programa da Quarta Internacional, baseado na defesa da democracia operária, na luta pelo poder proletário e na revolução socialista mundial. Mas a Quarta, enquanto organização, não existe; por isso mesmo a sua reconstrução constitui hoje a grande tarefa colocada aos revolucionários de todo o mundo.

Desde o surgimento do sistema capitalista, a construção de uma Internacional converteu-se em imperiosa necessidade para o movimento operário. No processo de formação dos Estados-nação o capital expandiu o mercado mundial, criando assim uma divisão internacional do trabalho e o intercâmbio mercantil. Esse caráter mundial da economia capitalista é o que internacionaliza a luta de classes. Os ataques mundiais do capital foram impondo a necessidade de uma resposta, também mundial, dos trabalhadores; bem como, mais adiante, a necessidade de construir uma organização capaz de conduzir à destruição do imperialismo. Durante mais de cem anos realizaram-se quatro importantes tentativas nesse sentido. No entanto, hoje, afalta de tal organização mundial trata-se da maior expressão da crise de direção revolucionária da humanidade.

PRIMEIRA TENTATIVA: A CONSTRUÇÃO DA PRIMEIRA INTERNACIONAL

No 'Manifesto Comunista' Marx e Engels dizem: "O proletariado passa por diferentes estágios de desenvolvimento. Sua luta contra a burguesia se inicia com a sua própria existência (...) com o desenvolvimento industrial, o proletariado não só aumenta em número, mas se concentra em grandes massas, sua força cresce e se faz sentir (...) Os interesses, as condições de vida no interior do proleta-

riado, tornam-se cada vez mais semelhantes (...) Daí em diante, os trabalhadores começam a unificar suas forças contra a burguesia; se aglutinam com o objetivo de conservar o nível de seus salários; fundam associações permanentes com o objetivo de organizar, com antecipação, estas rebeliões ocasionais."

É nessa fase que se constrói a (Primeira) Associação Internacional dos Trabalhadores. Em 1848 ocorreram revoluções democrático-burguesas – todas elas derrotadas – na França, Alemanha, Áustria, Itália, Polônia, Hungria. De todos esses países chegaram a Londres, Inglaterra, perseguidos políticos, democratas burgueses e proletários revolucionários. A princípio tentaram atuar em associações comuns de emigrados, mas rapidamente começaram a

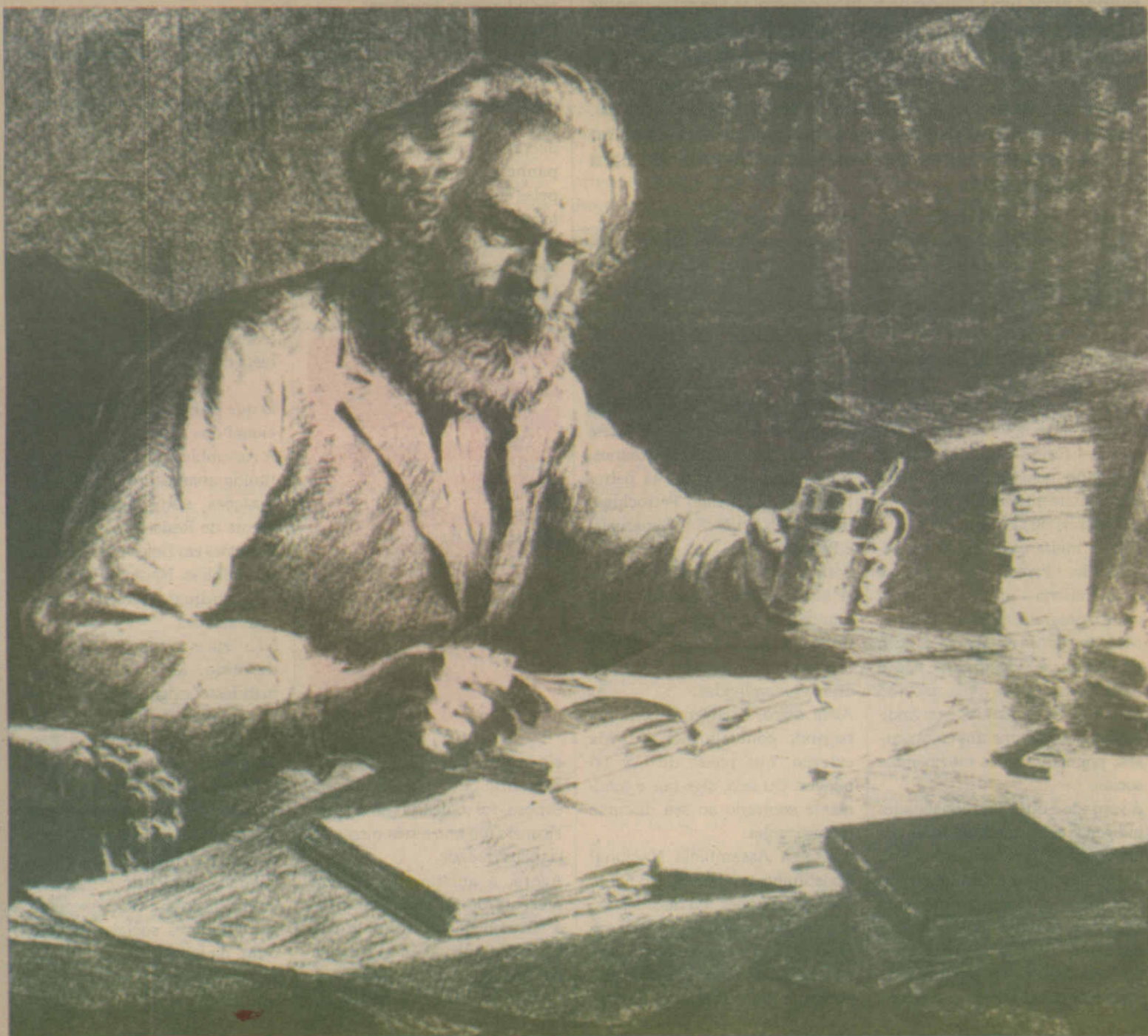
ocorrer as divisões de classe. Enquanto isso, os que tinham ficado em seus países e fora das prisões formavam clubes, associações literárias etc. para manter acesa a chama da revolução e poder recrutar novos elementos.

Fatos internacionais inéditos, tais como a Guerra da Independência na Itália, em 1859, e a explosão da Guerra Civil no EUA, em 1861, começaram a provocar mudanças na situação da classe operária. Na França, os trabalhadores conseguiram o direito ao voto e revogaram-se leis que proibiam as organizações sindicais. Na Inglaterra, os operários tinham conquistado, desde 1825, o direito a se sindicalizar, mas não tinham direito a voto. A Guerra Civil norte-americana e o embargo das exportações de algodão produziram grande miséria entre os operários têxteis ingleses. Isso convulsio-

nou os sindicatos e deu origem ao que se conheceu como o "novo movimento operário", encabeçado por dirigentes que eram operários qualificados, agrupados em agremiações tais como as de mecânicos, carpinteiros, construtores e sapateiros.

Em 1862 realizou-se a grande Feira Industrial em Londres. Isso possibilitou a visita de delegados franceses, ajudando no contato com operários ingleses e posterior intercâmbio de correspondência. No dia 28 de setembro de 1864, num ato conjunto de operários franceses e ingleses, no Saint. Martin's Hall, em Londres, fundou-se a Associação Internacional de Trabalhadores (AIT). Posteriormente ela foi chamada Primeira Internacional. Marx fez o seu discurso inaugural e foi encarregado de redigir os estatutos de tal organização.

A Primeira Internacional não foi um partido, teve mais um caráter de frente única operária entre dirigentes políticos, marxistas e anarquistas, e sindicalistas. A partir da AIT dirigiu-se uma grande luta pela reforma dos direitos políticos na Inglaterra. Fez-se uma campanha, em toda a Europa, por uma legislação trabalhista mais progressiva. Impulsionou-se a organização sindical em vários países. Apoiaram-se as greves, que se estenderam de um país a outro após a crise econômica de 1866. Expressou-se solidariedade ativa em guerras civis e nacionais. Como por exemplo, na luta de Abraham Lincoln, presidente dos Estados Unidos (1861 -1865) contra os escravistas do Sul do país. Mas o que despertou mesmo o ódio de toda a burguesia mundial foi o apoio da AIT à Comuna de Paris.



O PRIMEIRO PASSO NA BATALHA PELO PARTIDO MUNDIAL

**A PRIMEIRA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA:
A COMUNA DE PARIS**

A guerra entre a França e a Prússia, em 1870, acabou numa brutal derrota para a França. Os operários parisienses, organizados na Guarda Republicana, resolveram assumir para si a defesa da cidade e tomaram a direção política de Paris. Foi a primeira experiência de assalto violento da classe operária ao poder político bem como de construção de um auto-governo operário apoiado na mobilização revolucionária do proletariado em armas. A Comuna durou apenas 72 dias, mas seus efeitos e ensinamentos foram gigantescos. Anos mais tarde Lênin, no seu livro 'O Estado e a Revolução', citando as conclusões de Marx sobre a Comuna, desenvolveu as posições contra o parlamentarismo e em prol da ditadura do proletariado.

Os erros da Comuna serviram para fortalecer ainda mais a concepção marxista da história. Um dos mais conhecidos é o fato de que, diante da dramática escassez de recursos econômicos para sustentar a luta revolucionária, os comunistas não expropriaram o Banco da França abarrotado de ouro. Isso porque os setores que encabeçavam a luta não tinham para si o objetivo de expropriar a propriedade privada. Um outro tem a ver com o papel da violência revolucionária. Segundo Engels, o fato de a Comuna de Paris não ter aplicado suficientemente essa violência foi uma das principais causas pelas quais terminou sendo massacrada pelas forças da burguesia francesa. Repressão que foi ajudada por seus antigos inimigos de guerra: as tropas prussianas.

AS BATALHAS CONTRA O SECTARISMO E O OPORTUNISMO

Marx e seus seguidores tiveram que lutar contra Lasalle a respeito de duas questões fundamentais. Por um lado, por sua tática oportunista em relação aos aliados. Lasalle apoiou a política de

Otto von Bismarck, primeiro ministro da Prússia, a favor dos latifundiários – e na contracorrente dos burgueses –, ao invés de defender uma política independente, do proletariado. Por outro, por seu sectarismo para com os sindicatos, já que se negava a entrar em sindicatos que não tivessem todo seu programa e a sua direção. No entanto, a mais importante luta político-organizativa foi a que travaram contra as idéias anarquistas de Proudhon e Bakunin em relação ao Estado e à propriedade.

Os marxistas defendiam a luta contra o Estado burguês e a imposição do poder estatal da classe operária através da ditadura do proletariado como transição necessária antes de abolir toda a autoridade de Estado. Os anarquistas estavam na contracorrente de toda autoridade e qualquer forma de Estado, independentemente mesmo de sua natureza de classe.

Os marxistas defendiam a propriedade estatal dos meios fundamentais de produção social. Os anarquistas propunham que a propriedade dos meios fundamentais de produ-

ção social se distribuisse entre os que os trabalhassem, fossem camponeses ou operários fabris (cooperativas, autogestão etc). Isto é, não estavam a favor da extinção da propriedade privada, mas da recriação de uma grande quantidade de novos e pequenos proprietários.

Destas diferenças surge a questão da centralização ou não da Internacional, o que originou uma violenta polêmica sobre diferentes concepções de Internacional. Os estatutos, redigidos por Marx, propunham que com a AIT se buscava obter um ponto central de cooperação entre os operários dos diferentes países para a libertação plena da classe operária. Para isso, se elegeria um Conselho Geral formado por representantes de todos esses países.

O desenvolvimento da luta de classes foi exigindo um avanço cada vez maior em sua centralização. E a este respeito ocorreu a grande batalha. Marx concebia a Internacional como um movimento que devia atuar sob uma direção central unificada, ainda que as seções nacionais tivessem

liberdade para formular sua própria política. Bakunin defendia que todos os movimentos deviam gozar de absoluta liberdade de ação, sem receber nenhuma instrução: de nenhum núcleo central.

DESLEALDADE DENTRO DA PRIMEIRA INTERNACIONAL

A Conferência de 1869 definiu-se a favor das posições de Marx: aprovou a ampliação de atribuições do Conselho Geral, incluindo a possibilidade de expulsar seções que atuassem na contracorrente do programa e do espírito da Internacional. Isso levou a que ocorressem na Internacional problemas de deslealdade. Bakunin formou uma organização secreta que buscou conquistar a direção política por meio de táticas conspirativas.

Em sua correspondência, Marx diz que na Primeira Internacional se manteve "uma luta contínua do Conselho Geral contra as seitas e os experimentos de aficionados, os

quais tentavam se manter dentro da Internacional e contra o movimento real da classe operária". As condições históricas, desfavoráveis, impediram que essas seitas pudessem ser derrotadas. Após a queda da Comuna de Paris, um golpe muito duro, essas forças destrutivas tiveram condições favoráveis para se desenvolver. Isso levou à decadência, desintegração e, finalmente, à dissolução da Primeira Internacional em 1878.

Mas a luta não foi em vão. A AIT foi a prova viva de que a unidade internacional dos trabalhadores era tão possível quanto necessária. E isso foi conseguido apesar de sua organização primitiva, a qual tinha a ver com o próprio grau de organização do proletariado à época. As lições da Primeira Internacional foram extremamente valiosas para a longa batalha, em curso, pela construção de uma direção revolucionária mundial.



QUEM FOI?

**FERDINAND LASALLE
(1825-1871)**

Socialista alemão – primeiro presidente e fundador da Associação Geral de Trabalhadores Alemães.

Comuna de Paris

METALÚRGICOS DA VOLKS DO ABC DERROTAM BANCO DE HORAS

ROGÉRIO ROMANCINI,
de São Bernardo do Campo (SP)

Como em 2001, os operários da Volkswagen rejeitam o banco de horas numa assembleia realizada no dia 11 de julho. Naquela época, em decorrência da retração da economia, a fábrica fez uma chantagem com os operários três meses depois da rejeição. Três mil foram demitidos.

Com Luiz Marinho dirigindo o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a Volks e a entidade fizeram uma manobra. Em novembro do mesmo ano, impuseram, novamente, o banco de horas e as demissões a conta-gotas.

Em 2008, pode ser diferente. O crescimento econômico definiu a polêmica que se instalou na fábrica, tanto no ABC quanto em Taubaté. Tanto lá quanto aqui, nos últimos anos, as novas contratações trouxeram novos trabalhadores às fábricas. Esses trabalhadores não viveram os anos de demissões da década passada.

EXEMPLO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

A vitória dos trabalhadores na GM de São José dos Campos (SP) teve um papel muito importante na decisão dos trabalhadores de São Bernardo.

O boletim da Conlutas "Ferramenta de Luta" realizou intensa propaganda da vitória na GM. Também foram distribuídos 300 DVDs da campanha contra o banco de horas e contra a redução de direitos na fábrica Volks.

Um integrante do racha da artsindical, Ailton Gomes, membro da comissão de fábrica na ala 14 (montagem final) em assembleia interna da ala, a maior da fábrica com 2 mil trabalhadores, citou o exemplo GM que conquis-

tou investimentos e 660 novas vagas sem o banco de horas.

A SEMANA DA ASSEMBLÉIA

No dia 7 de julho, os trabalhadores chegaram à fábrica e encontraram um boletim anônimo, intitulado "Chave de Luta". Nele, uma mistura de críticas ao setor que rachou com a Artsindical (corrente majoritária do sindicato ligada ao governo) e ao "Ferramenta de Luta".

No dia seguinte, na hora do almoço, foi distribuído nos refeitórios o jornal da dita oposição cutista de São José dos Campos (SP). No folheto, podia se ler a manchete "GM: vitória dos trabalhadores derrota dos Sem Lutas". Ao mesmo tempo, era distribuído o jornal dos companheiros do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos que dizia que era possível vencer o banco de horas e a redução dos direitos.

No dia 9, foi feriado no estado de São Paulo. Na Volks, porém, era dia de trabalho. O jornal da comissão com a proposta negociada entre o sindicato e empresa sobre banco de horas, PLR e sábados adicionais de trabalho foi distribuído. Estava aberto o debate.

Foi no dia 10 que aconteceram as assembleias nas áreas. A oposição e o setor dissidente da Artsindical se posicionaram contra a proposta nas alas 13 (pintura), 5 (usinagem) e 14 (montagem final).

Na hora do almoço, o "Ferramenta de Luta" foi distribuído nos refeitórios. A temperatura aumentou na fábrica: na ala 14 (montagem final), o racha da Artsindical realizou assembleia e fez uma votação pedindo aos trabalhadores que garantissem uma fala dissidente da do sindicato.

No dia da assembleia, 11 de julho, na ala 5 – setor tradicionalmente ligado ao sindicato – por volta das 5h40, os membros do sindicato começaram a chamar os trabalhadores para uma assembleia. Às 5h50, o segundo orador começou sua fala defendendo a proposta da Volks e do sindicato. Ouviram-se as primeiras vaia: "puxa saco", "pelego", gritavam os operários. A assembleia terminou com os trabalhadores se retirando da mesma.

A DERROTA DA EMPRESA

Às 15h15, começou a assembleia geral no pátio da empresa. O coordenador do Comitê Sindical de Empresa (CSE), o "Frangão", tomou a palavra. Novamente, ouviram-se as vaia. De repente, subiram no carro de som o membro da Comissão de Fábrica, Ailton, do racha da Artsindical, e o companheiro Vagner Lima, coordenador da oposição.

Pela primeira vez na história de luta dos metalúrgicos na Volkswagen do ABC, abriu-se a palavra a vozes não-alinhadas ao sindicato. Ailton começa a falar: "companheiros, quero aqui dizer que defendemos a unidade, mas a unidade na luta contra esta empresa, que o papel do representante sindical não deve ser defender as propostas da empresa e sim defender o trabalhador".

Depois de uma defesa escandalosa da proposta da empresa por parte do orador do sindicato, iniciase a votação. A favor da proposta, 30% dos operários se posicionaram. Contrários à renovação do banco de horas e à PLR rebaixada, 70%.

NOVAS BATALHAS

Sabemos que tanto a empresa quanto o sindicato voltarão à ofensiva com o banco de horas. Mas os



O boletim da Conlutas "Ferramenta de Luta"

trabalhadores também sabem que sua luta continua.

Agora a batalha contra o banco de horas e contra a redução de direitos terá outros campos de batalha. Primeiro em Taubaté, onde o acordo de banco de horas entre o sindicato local, ligado à CUT, e a Volkswagen foi estendido por 30 dias. Lá as disputas dentro da fábrica estão esquentando. Como em São Bernardo o "Ferramenta" vem batalhando contra a parceria entre o sindicato da CUT e a

empresa. Já em São Caetano do Sul, em outra unidade da GM, os trabalhadores receberam de forma muito positiva a vitória em São José. Muitos operários na portaria da empresa manifestaram sua revolta contra o sindicato local, filiado à Força Sindical. O sindicato simplesmente assinou o acordo sobre o banco de horas e não consultou os trabalhadores.

O próximo "Ferramenta de Luta" de São Caetano estará denunciando o papel pelego da CUT e Força Sindical.

Reação dos patrões

Um absurdo interdito proibitório foi concedido pela justiça à GM. A medida proíbe a distribuição de material com notícias sobre a vitória dos operários em São José dos Campos em outras unidades da GM, como em São Caetano e Gravataí. A censura é a resposta que a empresa vem tentando dar à vitória dos metalúrgicos.

A mineradora Vale do Rio Doce também reagiu contra a vitória dos trabalhadores. Depois da derrota do banco de horas em Congonhas (MG), agora quer aumentar a jornada de trabalho de 6 horas para 8 horas diárias.

Outra vitória importante foi a recente assembleia dos trabalhadores da Ford de Camaçari (BA). Os trabalhadores recusaram a proposta da fábrica e do sindicato, ligado à CTB, para manter o acordo de jornada de 41h 5min. Dessa forma, os trabalhadores vão retomar a jornada de 40 horas.

Seguindo o exemplo dos metalúrgicos de São José, a luta contra o banco de horas avança. Outras batalhas estão em andamento e devemos nos preparar para varrer o banco de horas do país.